

DOSSIÊ

O ATIVISMO NO JORNALISMO AMBIENTAL:

como quatro momentos-chave ajudaram a configurar uma prática engajada no Brasil



ELOISA BELING LOOSE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: 0000-0002-4755-3046

ROBERTO VILLAR BELMONTE

Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID: 0000-0003-1561-2117

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1594

Recebido em: 29/03/2023

Desk Review em: 05/05/2023

Editor de Desk Review: Laura Storch

Revisado em: 21/09/2023

Aprovado em: 03/10/2023

Como citar este artigo: Loose, E. B., & Belmonte, R. V. (2023). ACTIVISM IN ENVIRONMENTAL JOURNALISM: how four key moments have helped shape an engagement practice in Brazil. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1594. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1594>

RESUMO – Este artigo, baseado em pesquisa bibliográfica, discute como o ativismo está presente no jornalismo ambiental desde seus primórdios, no último quarto do século XX. A partir do acompanhamento dos estudos na área no âmbito do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e da produção jornalística voltada para o meio ambiente, realizada pelo Observatório de Jornalismo Ambiental, discorre sobre o desenvolvimento da atividade no Brasil sob a perspectiva do ativismo. A oposição diante das injustiças ambientais fez dessa perspectiva jornalística uma prática engajada e, por isso, muitas vezes menosprezada pelo campo por romper com a suposta objetividade ou neutralidade. Dentre os resultados, apontamos uma maior abertura para a defesa da natureza, seja em razão da intensificação da crise climática, seja pelas transformações que ocorrem no âmbito jornalístico, como a valorização das subjetividades.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Ativismo. Engajamento. Jornalismo de causas.

ACTIVISM IN ENVIRONMENTAL JOURNALISM: how four key moments helped shape an engaged practice in Brazil

ABSTRACT – This article is based on bibliographical research and discusses how activism has been present in environmental journalism since its beginnings, in the last quarter of the 20th century. Based on the monitoring of studies in the area within the scope of the Environmental Journalism Research Group, at the Federal University of Rio Grande do Sul, and the journalistic production focused on the environment, carried out by the Environmental Journalism Observatory, it discusses the development of activity in Brazil from the perspective of activism. The opposition to environmental injustices made this journalistic perspective an engaged practice and, therefore, often overlooked by the field for breaking with the supposed objectivity or neutrality. Among the results, we point to a greater openness to the defense of nature, either because of the intensification of the climate crisis or because of the transformations that occur in the journalistic field, such as the appreciation of subjectivities. **Key words:** Environmental journalism. Activism. Engagement. Advocacy journalism.

ACTIVISMO EN EL PERIODISMO AMBIENTAL: cómo cuatro momentos clave ayudaron a dar forma a una práctica comprometida en Brasil

RESUMEN – Este artículo, basado en una investigación bibliográfica, analiza cómo el activismo ha estado presente en el periodismo ambiental desde sus inicios, en el último cuarto del siglo XX. A partir del acompañamiento de investigaciones en el ámbito del Grupo de Investigación en Periodismo Ambiental, de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul, y de la producción periodística enfocada en medio ambiente, realizada por el Observatorio de Periodismo Ambiental, se discute el desarrollo de la actividad en Brasil desde la perspectiva del activismo. La oposición a las injusticias ambientales hizo de esta perspectiva periodística una práctica comprometida y, por tanto, muchas veces ignorada por el campo por romper con la supuesta objetividad o neutralidad. Entre los resultados se destaca un mayor espacio para la defensa de la naturaleza, sea por la crisis climática o por las transformaciones que se dan en el campo periodístico, como la valorización de las subjetividades. **Palabras clave:** Periodismo ambiental. Activismo. Práctica comprometida. Periodismo de incidencia.

1 Introdução

O jornalismo ambiental pode ser compreendido como um campo com leis próprias (Bourdieu, 2004), como um espaço de lutas ou “[...] uma arena onde está em jogo uma concorrência ou competição entre os agentes que ocupam as diversas posições” (Lahire, 2017, p. 65). Para fazer parte desse campo, o jornalista precisa incorporar o habitus¹ ecológico – só assim será capaz de disputar o jogo. Nesse sentido, o jornalismo ambiental assimila um saber e uma racionalidade ambiental (Leff, 2002, 2016), que os faz ver o mundo a partir dos tensionamentos ecológicos. Isabel Cristina de Moura Carvalho (comunicação pessoal, 13 nov. 2018) destaca:

Uma lógica ecológica é uma lógica que não se reduz ao modo humano ocidental, a um modo humano de produzir verdade. A ideia de verdade fica profundamente questionada nessa perspectiva, sobretudo a ideia polar de verdade: a lógica existe, não existe; essa lógica binária que a gente está acostumado dentro de uma certa tradição filosófica ocidental [...] se torna muito pobre para compreender as múltiplas manifestações e expressões do mundo.

Para Frome (2008, p. 60), o jornalismo ambiental é uma forma de “olhar para o mundo e para si próprio”, ressaltando a necessidade de uma alfabetização ecológica (Girardi et al., 2021) e de uma compreensão outra sobre as relações – assimétricas – que conectam humanidade e natureza. Estamos diante de uma crise ambiental global de caráter antropogênico, com diferentes consequências locais, mas a parcela de responsabilidade e as condições de enfrentamento são totalmente diversas e desiguais. De acordo com Brum (2021, p. 70), “quem consumiu o planeta foi uma minoria rica, majoritariamente branca, localizada no Norte do globo [...], associada às elites financeiras extrativistas dos países do Sul, a maioria delas convertida em nações pelo projeto colonial”.

Outro componente importante desse habitus é o ativismo, presente desde o surgimento da prática. A militância, engajamento ou posicionamento diante das causas ambientais é apontada por diferentes autores da área, em vários países do mundo. Esta postura ativista é reconhecida internacionalmente como característica do jornalismo ambiental, ao mesmo tempo que é questionada no campo profissional. Detjen (2002), que foi presidente da Federação Internacional de Jornalistas Ambientais entre 1994 e 2000, apontou nos Estados Unidos a necessidade de uma objetividade mesclada com engajamento para cobrir os temas da sustentabilidade.

Na Argentina, Gavirati (2013) defendeu o jornalismo orientado ecologicamente como forma de renovação do jornalismo. Jornalistas ambientais às vezes são rotulados de ativistas na Espanha, tal rótulo é considerado um incômodo para boa parte dos profissionais entrevistados por Mercado-Sáez e Chavez (2020). Jornalistas ambientais de referência no Brasil, entrevistados por Belmonte (2020), igualmente consideram que o ativismo ainda é malvisto nas principais redações. Segundo Bavadam (2010), jornalistas ambientais engajados na pauta ambiental também enfrentam desconfiança na Índia como se cobrir temas ambientais não fosse importante.

Já na China, Tong (2017) demonstrou a partir de entrevistas com profissionais que uma postura ativista é fundamental na

construção do conhecimento necessário para a prática do jornalismo ambiental investigativo. Bueno (2007), Frome (2008) e Girardi et al. (2012) entendem a posição do mediador neutro, internalizada pelo jornalismo hegemônico em razão dos valores da modernidade, como algo a serviço apenas dos interesses capitalistas (Mendes Pereira, 2014).

Apesar da discussão não ser nova em âmbito internacional, observa-se que há várias lacunas no registro das práticas e modos de pensar a relação jornalística com o ativismo desde o Sul, sobretudo pouco conhecimento de como se deu essa trajetória diante dos contextos específicos de países superabundantes em sócio e biodiversidade, mas que, em diferentes graus, seguem sendo guiados por uma perspectiva colonialista, de exploração da natureza em prol do progresso associado aos países que se desenvolveram em razão de um processo atravessado por injustiças ambientais.

A fim de contribuir com as discussões sobre o posicionamento no jornalismo de forma geral, procuramos mostrar, a partir de pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2015) orientada para as relações entre jornalismo ambiental e ativismo no cenário brasileiro, e da apresentação de exemplos representativos de cada momento-chave, derivados de levantamentos de veículos que cobrem meio ambiente feitos em pesquisas anteriores (Belmonte, 2020; Loose, 2021)², que essa reivindicação por um jornalismo que busque superar a desumanização ou defender uma causa comum, de interesse coletivo, já estava presente no âmago do jornalismo ambiental. Esta arena de combates internos não somente não é nova, como faz parte da constituição do jornalismo ambiental brasileiro desde o último quarto do século XX. Mobilizamos para isso a bibliografia trabalhada no âmbito do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental, instituído em 2008 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)³, e também os sites especializados em jornalismo ambiental no Brasil monitorados pelo Observatório de Jornalismo Ambiental, projeto de extensão universitária criado em 2019, também na UFRGS, que conta com a participação de pesquisadores de diversas regiões do país.

Neste artigo nos debruçamos sobre três eixos teóricos: o debate sobre o que é o jornalismo ambiental (especialmente no Brasil), suas conexões com o ativismo e, portanto, com a crítica à objetividade. Sinalizamos como quatro momentos-chave ajudaram a configurar a prática da cobertura ambiental especializada no Brasil, sublinhando o aspecto combativo que se atualiza em cada fase: 1) a

ambientalização da sociedade, 2) a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92, 3) a eclosão do novo ecossistema midiático em rede e, mais recentemente, 4) a inescapável emergência climática.

2 Os quatro momentos-chave do jornalismo ambiental brasileiro

Ao discorrer sobre cada um dos quatro momentos-chave, salientamos como o amadurecimento do jornalismo ambiental brasileiro ressaltou as críticas a uma cobertura que desconsidera as desigualdades e invisibiliza os prejuízos de um modelo de desenvolvimento calcado na exploração da natureza e daqueles que são subjugados da mesma forma, a partir de uma visão antropocêntrica e colonialista. Atilas-Osoria (2013) sustenta que o colonialismo ambiental já extrapola o exercício do biopoder sobre o território, incluindo uma estrutura sociopolítica e jurídica que dá viabilidade à exploração consentida da natureza e de quem ali vive, o que sublinha o entrelaçamento entre a desumanização e a destruição da natureza. Na mesma direção, Moraes (2022, p.36) reforça que a colonialidade e a objetividade partem de um mesmo projeto de “outremização – ou seja: de transformar tudo o que não cabe nos modelos predeterminados de existências em um outro estranho, exótico ou mesmo descartável”.

Entendemos objetividade pela ótica da filosofia realista, ou seja, a realidade das coisas e a realidade semântica das coisas são instâncias diferentes. É a partir de um ponto de vista que o jornalista noticia acontecimentos selecionados por juízos de valor. Dados brutos (objeto) não têm qualquer valor se descolados da subjetividade do sujeito que os percebe, que é quem pode colocá-los em relação e interpretá-los (Muñoz-Torres, 2002). Juízos de fato e juízos de valor estão imbricados. Ainda segundo o mesmo autor, a impossibilidade de separar fatos de valores não significa a não existência de fatos. Todo ato de conhecimento exige uma relação entre sujeito e objeto. E no jornalismo ambiental, o sujeito é orientado ecologicamente.

Destacamos como um certo modo de dizer descomprometido com os fatos corrobora para a manutenção de um *status quo* que, por sinal, já se mostrou insustentável. Porto-Gonçalves (2006, p. 61) ressalta que “o desafio ambiental está no centro das contradições

do mundo moderno-colonial. Afinal, a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento, é, rigorosamente, sinônimo de dominação da natureza!”. E aqui rechaçamos a visão reducionista de natureza como recurso natural ou como sinônimo de fauna e flora, apreendendo neste conceito a multiplicidade de embates e cooperações entre todas as espécies, inclusive a humana.

2.1 Origens: o processo de ambientalização da sociedade

No Brasil, o jornalismo ambiental surge no contexto da ambientalização da sociedade, fenômeno social que influencia o surgimento dessa especialização temática e, ao mesmo tempo, é influenciado por ela: macro e microcosmo se retroalimentam (Belmonte, 2020). Entendemos a expressão ‘ambientalização [da sociedade]’ como um neologismo que designa “novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo” (Lopes, 2006, p. 34).

A crise ambiental, que já era considerada uma crise planetária entre os anos 1960 e 1970 – e neste primeiro quarto do século XXI foi ampliada em sua gravidade para uma emergência climática –, é decorrente dos modos como compreendemos e habitamos o mundo. “A questão ambiental se transforma em uma questão socioambiental, dos modos como se constitui a ordem social e o esquecimento de suas condições naturais” (Leff, 2016, p. 141). Ainda segundo o autor, esta é uma crise do conhecimento, “gerada por modos de pensar, de conhecer e de intervir no mundo; de um modo de produção da realidade do mundo que, ao tornar-se hegemônico, dominante e global, construiu um mundo insustentável” (p. 140).

No entendimento de Mattedi (2002, p. 130), “os problemas ambientais modernos disseminam a impressão de que nos deparamos com um mundo sempre mais ameaçador e inóspito, construído por nós mesmos, e, nesse sentido, acabam constituindo-se num tipo especial de risco”. O ambiente se transformou em uma verdadeira questão “porque ele se configura como uma interrogação institucionalizada que mobiliza e organiza as representações sociais” (Almeida & Premebida, 2014, p. 25).

Tal processo de ambientalização da sociedade intensificou-se no Brasil nos anos 1970 com a articulação da sociedade civil brasileira em prol da defesa do ambiente (Urban, 2001), configurando

a partir daí uma nebulosa associativa (Acselrad, 2010) com diversidade de agendas e distintas formas de atuação. O processo de ambientalização também ocorreu nos órgãos oficiais de governo nas três esferas (federal, estadual e municipal), graças à criação da Política Nacional de Meio Ambiente (LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981); e nas empresas, a partir dos anos 1990, com o avanço das certificações e da noção de responsabilidade social (Kishiname et al., 2002). Jornalistas brasileiros começaram a reportar com regularidade as relações sociedade-natureza nos anos 1970, nas grandes redações e nos veículos alternativos (Belmonte, 2017).

A influência dos movimentos ambientalistas nesse período fez com que a pauta ambiental, pouco a pouco, ganhasse espaço nos veículos mainstream, sobretudo a partir de denúncias. Um dos pioneiros, o jornalista Randau Marques⁴, expôs o problema da poluição de Cubatão no Jornal da Tarde, em 1980 (Marques, 2005). Muitos outros, como Liana John, Teresa Urban, Washington Novaes, Silvestre Gorgulho, Juarez Tosi, Edilson Martins e Lúcio Flávio Pinto, também foram precursores do debate ambiental nas redações.

Os primeiros passos do jornalismo ambiental brasileiro foram dados com amparo do movimento ambientalista emergente e de técnicos de órgãos oficiais e cientistas mais críticos ao modelo de desenvolvimento econômico predador. A fim de conseguir que as pautas se tornassem notícias, houve uma aproximação com as fontes do campo científico. “O diferencial da década de 1980 em relação a 1970 foi o aumento do volume de informações [sobre meio ambiente] e a maior presença de fontes científicas” (Barros & Lima, 2012, p. 4). Tal incremento foi uma estratégia para aumentar a credibilidade das reportagens sobre temas ambientais.

Após analisar as revistas *Veja* e *Isto É*, e os jornais *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, entre 1972 e 1992, Barros (2003) constatou que “a imprensa só passou a atribuir grande importância ao assunto quando este passou a ser considerado saber científico, legitimado pela comunidade científica e pela sociedade em si” (p. 85). Para esse autor, o conteúdo do discurso da imprensa brasileira sobre meio ambiente na época estudada se relacionava mais diretamente com o discurso oficial do Estado do que com o discurso científico.

De acordo com a jornalista Liana John, na época, era importante ouvir o lado do poluidor. “O máximo de parcialidade que a gente admitia nesse jornalismo era: ‘bom, eu sou a favor do meio

ambiente. Isso eu sou'. Agora você tem que saber do que você está falando. Você tem que ler sobre as coisas que está falando. Isso foi uma coisa dos anos 80" (L. John, comunicação pessoal, 28 set. 2018). O trabalho desenvolvido pela jornalista na Agência Estado entre 1988 e 2003 ajudou a disseminar a pauta ambiental pelo Brasil devido à abrangência nacional do serviço jornalístico do Grupo Estado.

Ainda que no começo jornalistas admitissem um posicionamento pessoal pró-ambiente, para que as reportagens pudessem ser realizadas, buscava-se deixar claro o que era ser jornalista (o profissional objetivo) e o que era ter um posicionamento a favor do meio ambiente – como se fosse possível separar tais subjetividades. Como bem explica Moraes (2022, p. 147) a partir de Russel (2016), o ativismo estava relacionado “[...] à sugestão de uma ausência de objetividade”, algo que poderia descaracterizar a prática e comprometer a credibilidade da profissão.

2.2 A Rio-92

Além de passar a ouvir mais fontes científicas nos anos 1980 (Barros, 2003) para ser reconhecido como um jornalismo que tinha importância (L. John, comunicação pessoal, 28 set. 2018), essa cobertura começou aos poucos a sofrer outra transformação. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro, em 1992, foi um acontecimento que consolidou o jornalismo ambiental brasileiro, conforme discutido por Belmonte (2017). Para avaliar a cobertura antes, durante e depois da Rio-92, Ramos (1996) fez uma análise de matérias publicadas nas edições dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo entre 1º de junho de 1991 e 11 de julho de 1992, e nos telejornais da Rede Globo e da extinta Rede Manchete entre 4 de maio de 1992 e 11 de julho de 1992. Segundo essa pesquisa, o interesse econômico era prioritário na mensagem ambiental que chegava aos jornais. O estudo também considerou significativa a ocorrência de matérias que tratavam de negócios com produtos de caráter ecológico e avaliou como reduzidas as citações de fontes ligadas a organizações não governamentais, universidades e movimentos sociais.

Durante os encontros preparatórios da Rio-92, quando a especialização em ambiente foi amplamente disseminada pelo

jornalismo brasileiro, dois termos eram usados para a denominação do profissional que atuava nessa nova área: jornalista ambiental e ecojornalista. O primeiro, mais próximo do jornalismo científico, era influenciado pelo jornalismo estadunidense onde foi criada, em 1990, a Sociedade de Jornalistas Ambientais (SEJ, na sigla em inglês). O segundo, mais alinhado ao movimento ecologista, ganhou destaque no país com a criação, também em 1990, do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, primeira entidade brasileira a congregar jornalistas engajados na luta ambiental. O termo ecojornalista tem uma carga semântica diferente, como constatou Petrarca (2008) em estudo sociológico sobre os ecojornalistas no Rio Grande do Sul. “A utilização do termo ‘eco jornalista’, ou ‘jornalista ambientalista’, representava uma importante estratégia para romper com os jornais comerciais e vincular o jornalismo a defesa do meio ambiente, tornando-o mais próximo dos interesses do movimento ecológico” (Petrarca, 2008, pp. 38-39).

A expressão ‘jornalismo ecológico’ também designava essa proximidade do jornalismo com os movimentos ecológicos, como nessa manifestação feita pelo jornalista Fernando Gabeira em sua palestra no Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 1989. “Eu acho que o jornalismo ecológico no Brasil está chegando a um impasse parecido com o do movimento ecológico. Nós denunciamos demais” (Gabeira, 1989, p. 52). O jornalista ressaltou neste evento a necessidade de apresentar também as soluções possíveis para as denúncias publicadas.

Na Espanha a expressão ‘ecológico’ chegou a ser usada para descrever o jornalismo especializado em temas ambientais, porém prevaleceu o uso de jornalismo ambiental.

No final de 1994, o termo já havia sido adotado pela Associação de Jornalistas de Informação Ambiental (APIA). Com isso, os profissionais da especialidade se desvincularam das confusões que poderiam surgir com o termo “ecológico” devido à sua carga ideológica, reafirmando assim seu compromisso com o ambiental como um exercício profissional. (Fernández-Reyes, 2003, p. 148).

O termo ambiental acabou se tornando predominante na Espanha e no Brasil. “O termo ecológico, por outro lado, é mais conflituoso, pois está associado à ideologia, compromisso, doutrinação, dogma, militância, luta, etc. Sem dúvida, é um termo

carregado de intencionalidade e até mesmo de ressonâncias revolucionárias para muitos.” (Fernández-Reyes, 1995, como citado em Fernández-Reyes, 2003, p. 147)⁶. Tal distinção semântica entre o ambiental e o ecológico também é citada por I.C.M. Carvalho (comunicação pessoal, 13 nov. 2018), quando ela explica que preferiu o termo epistemologias ecológicas à epistemologia ambiental. A ideia de ecológico estaria mais relacionada a um contexto sistêmico, de uma continuidade entre humanos e não humanos, já o ambiental pareceria, segundo ela, muito humanizado.

No Brasil, o termo ecojornalista ou ecojornalismo é pouco usado. No entanto, a carga ativista do afixo eco está presente na definição de jornalismo ambiental desenvolvida por Bueno (2007) e Girardi et al. (2012), e também na prática de vários jornalistas ambientais especializados que atuam, em muitos casos, evidenciando uma postura ativista, indo além da mediação de informação e agindo claramente como militantes para alterar a realidade social estabelecida (Belmonte, 2020). Girardi et al. (2011, p. 108) entendem que “os jornalistas ambientais têm o intuito de conduzir os seus públicos à ação, contribuindo com a diminuição das agressões ambientais e tentando preservar a qualidade de vida”. Mesmo com a adoção do adjetivo ‘ambiental’, para ser melhor aceito entre os pares, o jornalismo praticado por profissionais a partir de um habitus ecológico segue afirmando seu posicionamento para garantir a sustentabilidade da vida (Leff, 2016). As bases epistemológicas desse campo reiteram a necessidade de confrontar os poderes instituídos, considerando a distribuição desigual dos efeitos do sistema que está estabelecido.

Mais do que denunciar ou criticar o modelo de desenvolvimento atual e a lógica moderna, na qual se alicerçam as bases jornalísticas, esse campo carrega consigo a missão de mudança de pensamento (Girardi et al., 2012). Por meio da informação qualificada e entendendo que o jornalismo é uma forma de educação não formal que atinge amplamente a população, busca-se contribuir para uma outra forma de relação entre a sociedade e a natureza.

A discussão sobre desenvolvimento sustentável, que passou a ser amplamente difundida a partir da Rio-92 como uma espécie de crença na possibilidade de conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social, fez com que os meios de comunicação que antes evitavam a questão passassem a incluí-la, como oportunidade de negócios. O que antes era

conhecido como um entrave ao desenvolvimento (visto de forma estrita como aumento de riquezas) torna-se uma nova forma de reformar a economia capitalista. Tal viés econômico reformista foi incorporado definitivamente na cobertura ambiental. Especialistas de diferentes áreas tentam aproximar os interesses dos grandes grupos com soluções paliativas, ou seja, que consideram a exploração da natureza inevitável, mas que concordam em formas de compensação ou outras medidas menores que não impedirão que o planeta se esgote.

Importante lembrar que esse discurso segue presente nas diversas formas de jornalismo, inclusive se autodenominando ambiental mesmo quando distante do habitus ecológico. A suposta objetividade ou neutralidade jornalística acaba por naturalizar a destruição da biodiversidade e todo ônus ambiental em prol do aumento do Produto Interno Bruto (PIB). O neoliberalismo e todos seus problemas não são questionados, sendo representados como algo dado, uma “força natural” que se impõe (Guilbert, 2020), que não pode ser interrompido (outras opções de desenvolvimento raramente são apresentadas pelo jornalismo). Em termos de desafio ambiental, observa-se o discurso reiterado de que não é possível se desenvolver (pré-requisito para acabar com a miséria e as injustiças sociais) sem gerar externalidades negativas.

Logo, há uma apropriação de partes do discurso ecológico por sujeitos que seguem alinhados com a racionalidade econômica, que acarretou a crise ambiental contemporânea. Isso acaba se confundindo com outras formas de comunicação sobre meio ambiente alinhadas com a promoção da responsabilidade socioambiental de determinadas corporações. Porém, além de uma propaganda verde (*greenwashing*), que se mistura nos espaços jornalísticos, verifica-se recentemente a promoção de iniciativas orientadas para a pauta ambiental (produção jornalística sobre questões ambientais), mas que costumam silenciar as contradições da racionalidade econômica com a ambiental por serem espaços financiados por empresas que se interessam em manter tudo como está ou, no máximo, por um capitalismo “verde”.

Entendemos que essa possa ser uma estratégia de veículos de comunicação de referência, como é o caso do Grupo Globo, com a proposta editorial de “Um só Planeta”⁷, que é assinado por 21 veículos e tem atualmente cinco patrocinadores (Aegea, Ambev, Eletrobras, Gerdau e Banco do Brasil). Nos

materiais diariamente produzidos sobre meio ambiente há forte atravessamento de um viés econômico e que até contribui para dar visibilidade a questão, mas reforça o sistema vigente, em oposição ao habitus ecológico. Não por acaso reportagens investigativas nunca aparecem nestes espaços patrocinados. Outra questão que se coloca é o quanto os jornais deixam de lado o trabalho jornalístico genuíno, não comprometido com patrocinadores, para assumir produtos outros, identificados como *branded content*, que até podem esteticamente ser similares com notícias e reportagens, mas, na sua essência, tem como objetivo a valorização de uma marca ou uma associação, por vezes frágil, de uma empresa com uma causa. “*Branded Content* não é Jornalismo e nem tampouco Publicidade. É uma forma híbrida de se relacionar com o consumidor onde técnicas de Publicidade e Jornalismo são utilizadas de forma eficaz” (Povineli, 2020, p. 67). A percepção do (eco)ativismo no jornalismo ambiental é, muitas vezes, negativa, mas quando há um posicionamento ativista pró-mercado, alinhado com a sustentação econômica dos veículos, o discurso propalado é o da objetividade. Precisamos perguntar: a quem serve essa ideologia da suposta neutralidade?

2.3 A sociedade em rede

Mudanças estruturais observadas no jornalismo profissional incluem, na sistematização proposta por Pereira e Adghirni (2011), novas formas de produção da notícia, processos de convergência digital e crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios. Este terceiro momento-chave, iniciado em 2004 com a criação do site de jornalismo ambiental O Eco, realça a eclosão de iniciativas jornalísticas alternativas e/ou independentes especializadas na cobertura ambiental. Se antes o jornalismo ambiental dependia de editorias e cadernos especializados para circular, com a popularização da internet e a facilidade de se manter sites, blogs e páginas em redes sociais esta prática especializada se expandiu em diferentes perspectivas, ressaltando posturas pró-ambientais que até então estavam apagadas pelas linhas editoriais tradicionais, que se baseiam, desde suas origens, nos valores de verdade, independência, objetividade e noção de serviço (Traquina, 2005).

Tais valores mascaram o fato de que há um conflito entre objetividade e prestação de serviços de interesse público, no qual sempre há escolhas e tomadas de partido. De acordo com Miguel e Biroli (2010), ainda que jornalistas tenham posições ideológicas diferentes, costumam ocupar posições similares no espaço social, resultado de uma socialização e formação comum, o que acaba por influenciar a predominância de certas perspectivas. Tal situação induz a uma universalização de pontos de vista, contribuindo, sob a égide da objetividade, que se oculte a complexidade e as disputas de poder que permeiam a sociedade.

Além disso, é preciso considerar os interesses dos grandes grupos de mídia, fortemente conectados com os campos políticos e econômicos (Guilbert, 2020), de modo que suas visões de mundo são semelhantes e os conteúdos são feitos por e para aqueles que logram algum benefício. Dessa forma, mesmo os discursos que tentam assumir um distanciamento e isenção nos relatos dos fatos, apresentam certas camadas de subjetividades, desde o modo de ver o mundo de quem constrói a notícia até pressões inerentes ao mercado e à audiência para quem se reporta. Para Alsina (2009), a objetividade é um aspecto-chave para entender a ideologia do modelo liberal de imprensa. Já Miguel e Biroli (2010, p. 72) afirmam:

Nos padrões convencionais do jornalismo, os discursos hegemônicos são reproduzidos como portadores de valores "universais". Os contra discursos, por sua vez, são silenciados ou não se tornam públicos a não ser como estereótipos verbais, oscilando entre a mimese dos padrões dominantes de expressão e sua apresentação como "outros" absolutos.

A não dependência de grandes grupos para manutenção da produção jornalística sobre meio ambiente permitiu que vários posicionamentos explícitos em favor do cuidado ambiental surgissem. A fim de exemplificar esse novo momento, apresentamos dois sites jornalísticos com foco na questão ambiental: Conexão Planeta e #Colabora, lançados em agosto e novembro de 2015. Ambos os projetos, analisados por Loose (2021), são propositivos e abertamente engajados, evidenciando o ativismo ambiental e o combate às injustiças ambientais:

O #Colabora – Jornalismo Sustentável aposta numa visão de sustentabilidade que vai muito além do meio ambiente. [...] Acreditamos que o planeta só será sustentável se conseguir resolver, além dos problemas ambientais, suas mazelas sociais. [...] Mas, para além dos prêmios, a razão de existir do #Colabora

– Jornalismo Sustentável continua sendo o legado, o propósito, a capacidade que acreditamos ter para contribuir com a transformação do mundo em que vivemos. E a certeza de que ele pode ser cada vez mais economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo. (Colabora, n.d⁸)

[...] Além da paixão por escrever, o que nos move é o ativismo, a certeza de que é espalhando e disseminando histórias e notícias relevantes, trilhamos o caminho certo. Nada nos deixa mais inspiradas do que poder relatar a ação de pessoas, comprometidas e visionárias, que provam que sim, temos ferramentas, tecnologia e conhecimento necessários para seguir na direção de um futuro mais feliz. [...] Nossa missão é Inspirar para a Ação. Queremos que a cada texto lido, mais e mais brasileiros sejam estimulados a tomar parte deste grande movimento. (Conexão Planeta, n.d⁹)

Esses sites, e outros similares estudados por Belmonte (2020) e acompanhados pelo Observatório de Jornalismo Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além da defesa do meio ambiente e dessa postura ativa em prol de um mundo mais sustentável, compartilham características do jornalismo alternativo, aquele que se propõe a fazer algo que o hegemônico não faz, aquele que busca promover a emancipação dos cidadãos. Para além das questões sobre financiamento dos projetos, essa modalidade jornalística acolhe a ideia de um posicionamento e contesta o que foi naturalizado pelo jornalismo baseado na objetividade. Colodeti (2016) afirma que esse é um jornalismo que questiona modos de representação, as fontes prioritariamente acionadas pelos jornalistas, os modelos narrativos e a própria subordinação do jornalismo aos interesses capitalistas.

Ainda que a objetividade esteja atrelada a uma ideia de confiança e credibilidade para o público e a um valor de mercado para os meios de comunicação (McQuail, 2013), ela não está tão presente nos meios alternativos - mesmo que haja uma tentativa de seu uso (e de outros valores do jornalismo *mainstream*) para se diferenciar do que é amador (Carvalho & Bronosky, 2017). Essas práticas têm historicamente uma associação com a uma mudança social, sendo, por isso, presentes a perspectiva de uma comunicação cidadã e do próprio ativismo ou engajamento (Kenix, 2011).

Também destacamos neste momento uma maior escuta de fontes oriundas da sociedade civil, enfatizando outros enfoques (diferentes daqueles que detêm autoridade do cargo ou dos títulos acadêmicos). Coincidindo com um período de maior profissionalização institucional das organizações não governamentais (ONGs), observa-se maior espaço para que

ativistas e representantes do terceiro setor apareçam na cobertura ambiental, com mais ou menos ênfase a depender da linha editorial de cada veículo. No entendimento de Canella (2023), a prática jornalística nunca é neutra, e as verdades não são desinteressadas. Em estudo recente ele observa que jornalistas profissionais passaram a enfrentar a concorrência de novos atores nas redes sociais nos últimos anos, o que também altera o cenário. Profissionais entrevistados pelo autor, no entanto, reconhecem que o ativismo dificulta a construção da credibilidade jornalística.

Com o fortalecimento das ações de *advocacy*¹⁰ por parte da sociedade civil, expandidas por meio das redes, há um alargamento na compreensão de como o jornalismo pode auxiliar no agendamento do debate público e fomento de políticas públicas que sejam de interesse público. Logo, é possível observar mais contrapontos ao viés econômico no âmbito do jornalismo ambiental. Brüggemann et al. (2022) ressaltam que as próprias ameaças ecológicas, que se intensificaram nos últimos anos, exigem dos jornalistas uma nova postura, distante daquela ideia de observador distante e neutro. Para os autores, esse contexto faz emergir diversas práticas jornalísticas transformadoras, que também alteram as visões de jornalismo ambiental mais tradicionais, evidenciando a defesa da sustentabilidade, ou de um bem público, por meio da profissão.

Em termos acadêmicos, há um amadurecimento de quais seriam os pressupostos epistemológicos que deveriam guiar a prática ecologicamente orientada. No Brasil, uma obra pioneira é a de Wilson Bueno (2007), que demarca a militância (de forma apartidária) em prol do cuidado ambiental e a necessidade de ouvir fontes de informação com pontos de vista diferentes daquelas que reforçam o pensamento dominante.

Bueno (2007) trata das funções do jornalismo ambiental, extrapolando a tradição de apenas informar. Para ele, os relatos jornalísticos ambientais exercem um papel pedagógico e político, na medida que contribuem para a construção de um novo entendimento sobre as relações sociedade-natureza. Os estudos da pesquisadora Ilza Girardi, que há mais de 25 anos se dedica às interfaces entre jornalismo e meio ambiente, indicam entre as bases desse fazer o comprometimento com a qualificação da informação ambiental e com a mudança de pensamento (mais coerente com valores ecológicos). A neutralidade jornalística é colocada em xeque, assim como há a

crítica à colonialidade e questionamentos sobre o que mantém o *status quo* (Loose & Girardi, 2021).

Esses pressupostos estão alinhados com pesquisas internacionais que já identificaram o uso da objetividade como um disfarce de posicionamento que não faz mais sentido. Laws e Chojnicka (2020) reconhecem a importância dos contextos históricos, sociais e políticos na construção do conhecimento, refutando a possibilidade de um relato, de fato, objetivo e propõe a seguinte diferenciação: o jornalismo partidário de mudanças sociais – “*progressive (or regressive) advocacy journalism*” – e o jornalismo partidário do *status quo* – “*status quo advocacy journalism*” (Laws & Chojnicka, 2020, p. 2), recordando que reportagens que aparentam ser progressistas podem não gerar transformações caso não desafiem a ideologia liberal dominante.

2.4 A emergência climática

O último momento-chave que analisamos é o reconhecimento da crise ou emergência climática, na qual diferentes problemas se entrelaçam e afetam uns aos outros, e que no Brasil ganhou mais destaque na agenda pública devido à política de desmonte ambiental do Governo Bolsonaro (2019-2022). A intensificação das mudanças climáticas, por exemplo, está diretamente associada à perda da biodiversidade, que está ligada à expansão dos monocultivos, que, por sua vez, conecta-se ao problema dos agrotóxicos e fertilizantes químicos, que contaminam ar, água, solo, contribuem com emissões de gases de efeito estufa (GEE) e causam danos às espécies.

De outra maneira, poderíamos observar a expansão da pecuária em áreas de floresta, que acarretam desmatamento, extinção de espécies e mudanças no clima. Também o consumo desmedido (ou consumismo) é uma questão que gera múltiplos problemas ambientais, que podem ser vistos de forma fragmentada (maior produção de resíduos, maior exploração de bens naturais, mais gasto energético) ou articuladas à emergência climática, afinal, todas as etapas de produção de mercadorias envolvem atividades mais ou menos emissoras de GEE.

Contudo, em meio a tantos problemas ambientais, alguns recebem mais visibilidade que outros. E a crise climática está

sendo mobilizada por diferentes atores globais, seja pela urgência e dimensão de seus impactos, seja porque reduzir as emissões de carbono força uma mudança de atitude que pode solucionar problemas em uma microescala. Há uma compreensão global de que a questão climática é consequência do tipo de desenvolvimento predatório adotado e defendido até hoje (Gligo et al., 2020). Assim, é de se esperar que os discursos ambientais se atualizem a partir do combate às mudanças climáticas.

Apesar das causas e dos efeitos serem amplamente conhecidos pela comunidade científica, alterar este cenário requer mudanças de grande envergadura no sistema político-econômico que conhecemos hoje. Logo, é possível observar vários setores reconhecendo os riscos climáticos, mas as formas de enfrentá-los são postergadas para o futuro ou associadas a ações paliativas que não impõem mudanças significativas – e nem os efeitos necessários para barrar o avanço das consequências climáticas (Loose, 2021). Tal posicionamento foi alterado ao longo do tempo, mas ainda não responde à altura do que precisamos enfrentar.

Se por um lado, temos o lobby dos beneficiários de um sistema econômico fossilista, por outro, temos uma disputa por novas oportunidades de mercado ligadas ao capitalismo verde reformista, ou seja, aquele que incute sua lógica de produção a partir de um argumento ecológico. Abranches (2010, pp. 40-41) assinala a disputa de interesses existente entre esses dois lados, que são atravessados não apenas por ambições financeiras, mas por poder de influência no sistema estabelecido:

As empresas ligadas à economia de alto carbono – isto é, de uso intensivo de combustíveis fósseis e alta emissão de gases estufa – jogam pesado e investem muito no adiamento de decisões de mudança, no combate às evidências que mostram necessidade de ação rápida e radical. As empresas que já usam tecnologias limpas querem decisões rápidas, para que não sejam as únicas a pagar o custo da transição. Sabem que serão mais competitivas em uma economia de baixo carbono, de energias renováveis e baixas emissões de gases estufa.

Dessa forma, identificamos que mesmo aqueles que estão propondo alternativas para auxiliar no combate de problemas ambientais podem estar o fazendo para manter vantagens no contexto capitalista, que é um sistema que se mantém a partir do extrativismo e da compreensão dos danos ambientais como externalidades do seu processo. Essa ideologia não é nova, mas vai ganhando novas

roupagens. No caso das mudanças climáticas, a economia verde passou a ser chamada de economia de baixo carbono ou mesmo de carbono zero (o que só é possível por meio de compensações). Ao tratar do tema ambiental somente pelo viés econômico, causas e soluções que intervenham no modelo de produção capitalista são minimizadas ou apagadas, distanciando-se das conexões entre a humanidade e o planeta.

O forte incentivo ao mercado de carbono e ao pagamento de ativos ambientais faz parte desse novo cenário de soluções superficiais que são apresentadas a partir de uma ideologia que entende que é possível manter o crescimento econômico da forma como conhecemos e, ao mesmo tempo, somar a preocupação ambiental. Moreno (2016) sinaliza que o discurso da economia verde se configurou em uma potente narrativa unificadora, unindo atores que estavam arraigados ao sistema estabelecido e criando novas frentes de mercado para outros atores, interessados no esverdeamento de seus negócios.

Por outro lado, compreendendo a urgência e dimensão da crise climática, há jornalistas que já entenderam que é preciso superar a perspectiva de mundo moderno-colonial que nos trouxe até aqui. Assim, nesse momento o jornalismo ambiental, além de se comprometer com o meio ambiente e com outra visada jornalística (mais plural, contextualizada e complexa), busca engajar seus públicos para o enfrentamento dos problemas que estão postos. Se nas primeiras décadas as funções informativa e pedagógica tinham mais relevo, entendendo-se que a partir de matérias qualificadas os cidadãos poderiam tomar decisões mais acertadas, hoje o destaque está na função política, que pode ser lida em alguns casos como *advocacy journalism*.

No Brasil, a emergência climática está intimamente atrelada ao bioma amazônico, já que o desmatamento da maior floresta tropical do mundo é a principal fonte de emissão de GEE. Ao colocar a Amazônia no centro do mundo, a jornalista Eliane Brum (2021) reivindica um deslocamento de olhar, destacando que, para enfrentarmos a emergência climática e a sexta extinção em massa de espécies, precisamos aprender a resistir com os povos indígenas e pelas comunidades tradicionais da floresta, como quilombolas e beiradeiros. A plataforma SUMAÚMA foi criada em 2022, com sede em Altamira, no Médio Xingu, no Pará, para reportar a partir de quem vive todos os modos de vida e

conflitos que se proliferam junto à biodiversidade da Amazônia. No manifesto publicado na plataforma, o posicionamento é explícito e posto como necessário:

A floresta – sua natureza e seus povos – precisa vir antes do mercado. Essa é uma abordagem baseada tanto na ciência climática de ponta, quanto no pensamento indígena tradicional. Há, porém, ameaças poderosas e violentas de empresas e corporações, de governos e de políticos, do crime organizado. Como jornalistas, nos posicionamos ao lado dos povos-floresta na linha de frente da guerra movida contra a natureza [...]. Viver em guerra não é uma escolha, essa guerra já está e basta abrir a janela – ou às vezes a torneira – para entender que ela avança muito rapidamente. Só podemos escolher lutar ou não lutar. (Sumaúma, n.d¹¹)

Outros espaços jornalísticos, sobretudo a partir da expansão das redes, tais como O Eco, Repórter Brasil, InfoAmazônia e Amazônia Real, por exemplo, já apresentavam tal característica como um diferencial importante, demonstrando que a defesa da causa ambiental corresponde ao compromisso da atividade com o interesse público. O que poderia ser mais comum a todos que a sobrevivência do ecossistema do qual dependemos para viver? A mudança que detectamos neste caso é uma viragem a partir do próprio entendimento de como cobrir o meio ambiente, em uma tentativa de rompimento com a lógica existente, com a própria lógica jornalística que é forjada no âmbito da expansão do capitalismo, a partir dos preceitos da modernidade.

Importante mencionar que nem todos aqueles que estão à frente desse momento se autodenominam como jornalistas ambientais, ainda que tenham incorporado o habitus ecológico. O próprio exemplo que trazemos, a jornalista Eliane Brum, nega esse rótulo, dando a entender que jornalismo ambiental seria uma mera especialidade. As pesquisas do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (UFRGS/CNPq) demonstram que cobertura de meio ambiente não é necessariamente uma cobertura que assimila o saber ambiental. Por isso, diferencia-se jornalismo ambiental daquele jornalismo de/sobre meio ambiente (Girardi, Loose & Silva, 2018). Contudo, a distinção nem sempre é feita e há mal-entendidos na área. Ressaltamos que este campo nasce como especialidade, mas busca a transversalização do seu habitus por entender que só teremos futuro quando a perspectiva ecológica for naturalizada pelos diferentes setores da sociedade. Logo, o que SUMAÚMA diz fazer é aquilo que o jornalismo ambiental defende:

SUMAÚMA não é apenas uma plataforma de meio ambiente nem de jornalismo ambiental. Nossa compreensão dos mundos não é compartimentada: entendemos que a crise climática atravessa todos os temas e é assim que deve ser tratada pelo jornalismo. É um prisma abrangente e não apenas mais um tópico. Só podemos cobrir a brutalidade de uma minoria humana capaz de provocar uma extinção em massa de espécies e colocar suas próprias crianças em risco de um futuro hostil se compreendermos que a guerra contra a natureza é configurada pelas relações de poder determinadas por raça, gênero, classe e também espécie. A crise climática é causada pelas desigualdades e as amplia, na medida em que os mais afetados por ela são os indígenas e os pretos, as mulheres e as tantas espécies a caminho da extinção. (Sumaúma, n.d.¹²)

A ambientalização da pauta, que já germina em algumas redações, é acelerada diante da constatação de que estamos provocando nossa própria extinção, afinal, somos também natureza. Contudo, vale lembrar que a questão do financiamento de tais iniciativas segue sendo um desafio para ampliação da prática (Koop, 2020). No Brasil ainda não há política pública para financiar o jornalismo ambiental.

3 Considerações finais

A discussão trazida neste artigo reforça que o jornalismo ambiental tem se mostrado na vanguarda de uma nova proposta de produzir notícias, mais distante e crítica em relação ao habitus do jornalismo mainstream, que ainda é fortemente sustentado pela objetividade e neutralidade (Robbins & Wheatley, 2021). Não apenas no Brasil, mas em diversos países, os jornalistas ambientais foram pioneiros em desafiar a suposta objetividade em prol da defesa do meio ambiente (Fahy, 2018), levantando questões e enfrentando o modus operandi cristalizado para contribuir com uma outra visão de mundo.

O percurso trilhado pelo campo do jornalismo ambiental brasileiro nas últimas cinco décadas demonstra que o engajamento dos profissionais, fortemente influenciado pelos movimentos ecológicos que promoveram a ambientalização da sociedade, seguiu presente no fazer jornalístico. Ainda que as condições sociais, marcadamente atreladas à objetividade e neutralidade, forjassem o mascaramento dessa posição (através do apelo às fontes científicas, por exemplo) ou enfatizassem um viés mercadológico a partir da Rio-

92, o jornalismo ambiental agrupa uma série de sujeitos orientados ecologicamente que abriram espaços nos veículos tradicionais para que esta pauta deixasse de ser vista como algo menor. Nosso texto aponta como o desenvolvimento do jornalismo ambiental no Brasil revela formas específicas de produção, considerando uma posição outra em relação ao meio ambiente, que o compreende como pauta de interesse público e, portanto, crítico a um posicionamento neutro.

Com a proliferação da internet e de ferramentas que descolaram a prática das grandes corporações, as iniciativas alternativas e independentes, já revestidas de contestação contra a concentração de mídia e as representações monolíticas, acolhem o debate ambiental e combatem, de diferentes maneiras, as injustiças ambientais derivadas do nosso sistema moderno-colonial. O engajamento se torna ainda mais explícito, nas propostas editoriais e nos chamamentos para que os públicos também ajam a favor da causa. A subjetividade não é escondida porque há críticas externas, afinal os efeitos da crise climática são sentidos, em maior ou menor grau, por todos. O que antes parecia distante, um problema que recairia sobre as gerações futuras, bateu à nossa porta e escancarou a desconexão que temos com o planeta.

Diante da emergência climática já presente, o ativismo no jornalismo não apenas é compatível com sua lógica, mas necessário e urgente para resistirmos aos efeitos que já estão em curso. Referimo-nos não a um ativismo focado apenas em soluções de mercado, que resume a crise ambiental a oportunidades de negócios verdes, mas um ativismo profissional que entende a pauta como uma arma de combate (Moraes, 2022) contra as injustiças ambientais que afetam as populações mais vulneráveis. Isso só será possível com sujeitos ecologicamente orientados atuando no(s) jornalismo(s).

A emergência climática é factual, grave e alcança a todos – de formas diferentes. Poderíamos dizer que reúne uma série de critérios de noticiabilidade para entrar na agenda pública diariamente, porém, como nos lembra Moraes (2022), são os valores sociais que operacionalizam o destaque de tais critérios. Como o habitus ecológico não faz parte da cultura jornalística de um modo geral e a fragmentação do conhecimento é a praxe, poucos jornalistas conseguem identificar a perspectiva ambiental para além de demandas muito específicas. Embora o ambiente seja tudo, jornalistas foram ensinados a simplificar, reduzir e compartimentalizar os fatos em caixinhas, segundo os princípios da ciência moderna, fundantes

da prática. Da mesma forma, valorizam a objetividade e rejeitam a subjetividade, como se isso fosse possível, usando como pretexto tais questões para se eximir das representações que constroem. Contudo, estamos próximos aos limites planetários, aqueles que podem afetar de maneira irreversível a capacidade regenerativa da Terra e, conseqüentemente, nossas possibilidades de vida. Logo, entendemos que um jornalismo ativista orientado ecologicamente faz-se necessário.

NOTAS

- 1 O habitus pode ser entendido como um conjunto de esquemas mentais, atrelados às visões de mundo dos agentes de cada campo, que guiam as ações em determinadas condições sociais (Ortiz, 1983).
- 2 Para o estudo de Belmonte (2020), foi realizada uma pesquisa sobre os veículos que cobrem meio ambiente por meio das mensagens que circulam na Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, de busca no Google usando a palavra-chave “jornalismo ambiental” e do acompanhamento das análises publicadas semanalmente no Observatório de Jornalismo Ambiental. Já Loose (2021), com foco nas mídias ambientais não hegemônicas, partiu de uma iniciativa da Agência Pública chamada Mapa do jornalismo independente, selecionando aqueles veículos com maior produção na área climática.
- 3 O referido Grupo de Pesquisa, coordenado pela Dra. Ilza Girardi, é um dos mais antigos do Brasil com produção constante na área.
- 4 A partir das reportagens do jornalista Randau Marques (1949-2020), a cidade de Cubatão, localizada na Baixada Santista, a 70 quilômetros da cidade de São Paulo, passou a ser conhecida como o ‘Vale da Morte’ em função das doenças e mal formações que as emissões tóxicas de 24 empresas do polo petroquímico e siderúrgico lá instalado, entre elas a Rhodia, causavam nos moradores, principalmente em crianças recém-nascidas. A situação era tão grave nos anos 1980 que a cidade chegou a ser considerada pelas Nações Unidas como a mais poluída do mundo. Como resultado das suas reportagens investigativas, a situação foi revertida. Marques também atuou ativamente no movimento ambientalista do Estado de São Paulo. Ele foi um dos fundadores da SOS Mata Atlântica, importante organização ecológica brasileira.

- 5 A finales de 1994 ya apareció el vocablo fijado en la Asociación de Periodistas de Información Ambiental (APIA). Con ello, los profesionales de la especialidad se desvinculaban de las confusiones que podía acarrear el nombre “ecológico” por su carga ideológica y se reafirmaban en lo ambiental como un ejercicio profesional.
- 6 Lo ecológico, en cambio, resulta más conflictivo pues se asocia a ideología, compromiso, adoctrinamiento, dogma, militancia, lucha, etc. Es sin duda, un término cargado de intencionalidad y hasta de resonancias revolucionarias para muchos.
- 7 O Observatório de Jornalismo Ambiental já se debruçou sobre esse veículo e constatou como se dá essa cobertura. Compartilhamos duas análises sobre essa iniciativa: <https://jornalismoemeioambiente.com/2021/05/24/jornalismo-ou-comunicacao-ambiental/> e <https://jornalismoemeioambiente.com/2021/05/03/conteudos-patrocinados-vaio-esvaziar-ainda-mais-a-dimensao-coletiva-e-politica-da-pauta-ambiental/>. As cinco empresas que atualmente patrocinam o movimento editorial do Grupo Globo são todas grandes organizações empresariais. A Aegea é líder no setor privado de saneamento básico no Brasil; a Ambev, maior cervejaria da América Latina, faz parte da Anheuser-Busch Inbev; a Eletrobras, privatizada em 2022, quando o governo brasileiro deixou de ser o principal acionista da empresa, é líder em geração e transmissão de energia elétrica no país; a Gerdau é a maior multinacional brasileira produtora de aço; e o Banco do Brasil, empresa de economia mista controlada pelo governo federal, é a segunda maior instituição bancária do país em ativos. Também já foram patrocinadores a Vivo, maior empresa de telecomunicações do país, e a Engie, empresa líder em energia renovável.
- 8 Recuperado de <https://projetocolabora.com.br/quem-somos>
- 9 Recuperado de <https://conexaoplaneta.com.br/sobre>
- 10 *Advocacy* é um termo utilizado pelas organizações da sociedade civil relacionado às estratégias de defesa de interesses coletivos, como é a questão ambiental. Diferentemente do lobby, que também é uma ação de pressão para elaboração de políticas públicas, o *advocacy* não é oriundo de setores ou empresas que buscam benefícios particulares junto aos governos. A tradução para o espanhol e o português ainda não está consolidada

e suscita debates, mas é possível encontrar interpretações associadas à defesa de causas.

- 11 Recuperado de <https://sumauma.com>. Sumaúma e a proposta de Eliane Brum também já foram analisados pelo Observatório de Jornalismo Ambiental: <https://jornalismoemeioambiente.com/2022/02/28/o-jornalismo-ambiental-em-eliane-brum/> e <https://jornalismoemeioambiente.com/2022/09/19/sumauma-um-portal-de-jornalismo-no-centro-da-floresta/>
- 12 Recuperado de <https://sumauma.com/quem-somos>

REFERÊNCIAS

- Abranches, S. (2010). *Copenhague: Antes e depois*. Civilização Brasileira.
- Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais: O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), 103–119. Recuperado de www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469
- Almeida, J., & Premebida, A. (2014). Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. *Sociologias*, 16(35), 14–33. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/45983>
- Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Vozes.
- Atilos-Osoria, J. M. (2013). Colonialismo ambiental, criminalización y resistencias: las movilizaciones puertorriqueñas por la justicia ambiental en el siglo XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (100), 131-152. DOI: 10.4000/rccs.5262
- Barros, A. T., & Lima, M. É. O. (2012). A eficácia do jornalismo ambiental: dinâmicas e possibilidades. *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. SBPJor. Recuperado de <https://conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/view/2045/266>
- Barros, A. T. (2003). Poder, saber e discursos ecológicos no Brasil: ciência, estado e imprensa. In J. Duarte & A. T. Barros (Orgs.), *Comunicação para a ciência, ciência para comunicação* (pp. 67-93). Embrapa Informação Tecnológica.
- Bavadam, L. (2010). Environmental stories, among most challenging. In K. Acharya & F. Noronha (Orgs.), *The green pen: Environmental journalism in India and South Asia* (pp. 03 – 11). Sage.

Belmonte, R. V. (2020). *O jornalismo ambiental: Três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso* [tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório digital UFRGS.

Belmonte, R. V. (2017) Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 6(2), 110-125. DOI: 10.26664/issn.2238-5126.6220176656

Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. Editora Unesp.

Brum, E. (2021). *Banheiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia, centro do mundo*. Companhia das Letras.

Brüggemann, M., Frech, J., & Schäfer, T. (2022). Transformative Journalisms: How the ecological crisis is transforming journalism. In A. Hansen & R. Cox (Eds.), *The Routledge Handbook of Environment and Communication* (2nd ed.). Routledge.

Bueno, W. C. (2007). *Comunicação, jornalismo e meio ambiente: Teoria e pesquisa*. Mojoara Editorial.

Canella, G. (2023). Journalistic Power: Constructing the “Truth” and the Economics of Objectivity. *Journalism Practice*, 17(2), 209-225. DOI: 10.1080/17512786.2021.1914708

Carvalho, G., & Bronosky, M. (2017). Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. *Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*, 4 (1), 21–39. Recuperado de <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10007>

Colodeti, E. (2016). *Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte* [dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Biblioteca Digital da PUC Minas.

Detjen, J. (2002). A new kind of environment reporting is needed. *Nieman Reports*, 56(4), 38–40. Recuperado de <http://niemanreports.org/articles/a-new-kind-of-environment-reporting-is-needed>

Fahy, D. (2018). Objectivity as Trained Judgment: How Environmental Reporters Pioneered Journalism for a “Post-Truth” Era. *Environmental Communication*, 12(7), 855–861. DOI: 10.1080/17524032.2018.1495093

Fernández-Reyes, R. (2003). En torno al debate sobre la definición del periodismo ambiental. *Ámbitos*, (9-10), 143–151. Recuperado de <https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/52292/En%20torno%20al%20debate%20sobre%20la%20definición%20de%20periodismo%20ambiental.pdf?sequence=1>

Frome, M. (2008). *Green Ink: Uma introdução ao jornalismo ambiental*. Editora UFPR.

Gabeira, F. P. N. (1989). Novas concepções, ações e movimentos no Brasil de hoje. *Anais do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente*. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Gavirati, P. (2013). Mediatizar el ambiente, ambientalizar los médios: tensiones en torno al discurso periodístico sobre el cambio climático. *Anais das Jornadas Internacionais Medios de Comunicación y Cambio Climático*. Facultad de Comunicación de la Universidad de Sevilla. Recuperado de <https://idus.us.es/handle/11441/30820>

Girardi, I. M. T., Loose, E. B., & Steigleder, D. G. (2021). O esforço de alfabetização ecológica do campo jornalístico. In A. T. Martins (Org.), *Trajetórias de pesquisa em comunicação: Temas, heurísticas, objetos* (pp. 151–166). Pimenta Cultural.

Girardi, I. M. T., Loose, Eloisa Beling & Silva, J. A. (2018). O Jornalismo Ambiental na concepção de quem o faz: Estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. *Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, v. 2, p. 48-66. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182609>

Girardi, I. M. T., Schwaab, R., Massierer, C., & Loose, E. B. (2012). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. *Comunicação & Sociedade*, 34(1), 132-152. DOI: 10.15603/2175-7755/csv34n1p131-152

Girardi, I. M. T., Loose, E. B., Sirena, M. S., & Pedroso, R. N. (2011). Jornalismo ambiental na construção da cidadania. In V. J. Morigi, I. M. T. Girardi, & C. D. Almeida (Orgs.), *Comunicação, informação e cidadania: refletindo práticas e conceitos* (pp. 107–118). Sulina.

Gligo, N., Alonso, G., Barkin, D., Brailovsky, A., Brzovic, F., Carrizosa, J., Durán, H., Fernández, P., Gallopín, G., Leal, J., Marino de Botero, M., Morales, C., Ortiz Monasterio, F., Panario, D., Pengue, W., Rodríguez Becerra, M., Rofman, A., Saa, R., Sejenovich, H., Sunkel, O., & Villamil, J. (2020). *La tragedia ambiental de América Latina y el Caribe*. CEPAL.

Guilbert, T. (2020). *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Editora Unicamp.

Kenix, L. J. (2011). *Alternative and Mainstream Media: The Converging Spectrum*. Bloomsbury Academic.

Kishiname, R., Grajew, O., Itacarambi, P., & Weingrill, C. (2002). Artigo-base sobre responsabilidade socioambiental das empresas.

In A. Camargo, J. P. R. Capobianco, & J. A. P. Oliveira (Orgs.), *Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92* (pp. 377–411). Fundação Getúlio Vargas.

Koop, F. (2020). Environmental journalism in South America. In D. Sachsman, J. M. Valenti (Orgs), *Routledge Handbook of Environmental Journalism* (pp. 383–391). Routledge.

Lahire, B. (2017). Campo. In A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey, & C. C. C. Medeiros (Orgs.), *Vocabulário Bourdieu* (pp. 64–66). Autêntica Editora.

Laws, N., & Chojnicka, J. (2020). “A Future to Believe in”: Introducing Varieties of Advocacy Journalism. The Examples Sustainability and the Sanders Campaign. *Journalism Studies*, 21(9), 1261–1283. DOI: 10.1080/1461670X.2020.1742773

Leff, E. (2016). *A aposta pela vida: Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul*. Vozes.

Leff, E. (2002). *Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Vozes.

Loose, E. B. (2021). *Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade* [tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório digital da UFRGS.

Loose, E. B., & Girardi, I. M. T. (2021). Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 58, 319–333. DOI: 10.5380/dma.v58i0.75877

Lopes, J. S. L. (2006). Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, 12(25), 31-64. DOI: 10.1590/S0104-71832006000100003

Marques, R. A. (2005, January 19). É preciso enxergar o homem na paisagem. Museu da Pessoa. Recuperado de <https://museudapessoa.org/historia-detalle/?id=26789>

Mattedi, M. A. (2002). As interpretações sociológicas das dinâmicas sociais de construção do risco na sociedade moderna. *Grifos*, 13, 129-151.

McQuail, D. (2013). *Teorias da comunicação de massa* (6ª ed.). Penso.

Mendes Pereira, L. H. (2014). Jornalismo e Meio Ambiente: possibilidades e dificuldades da informação como tradutora de uma política ambiental democrática. *Revista Brasileira de Políticas de Comunicação*, 5, 1-21.

Mercado-Sáez, M. T., & Chavez, M. (2020). Environmental journalism

in Spain. In D.B. Sachsman & J.M. Valenti (Orgs.), *Routledge handbook of environmental journalism* (pp. 234 – 245). Routledge.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2010). A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(73), 59–76. DOI: 10.1590/S0102-69092010000200004

Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipelago.

Moreno, C. (2016). As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In G. Dilger, M. Lang, & J. Pereira Filho (Orgs.), *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento* (pp. 256–293). Fundação Rosa Luxemburgo.

Muñoz-Torres, J. R. (2002). Objetividad y verdade. Sobre el vigor contemporâneo de la falacia objetivista. *Revista de Filosofia*, 27(1), 161–190. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/38842309.pdf>

Ortiz, R. (Org.). (1983). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Ática.

Pereira, F. H., & Adghirni, Z. L. (2011). O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, (24), 38–57. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/19208>

Petrarca, F. R. (2008). Atuação profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental no Rio Grande do Sul. *Comunicação & política*, 26(3), 27–54. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/238797501>

Porto-Gonçalves, C. W. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Civilização Brasileira.

Povinel, I. (2020). *Branded Content: Relações entre jornalismo e publicidade* [dissertação de mestrado]. Escola Superior de Propaganda e Marketing]. Recuperado de <https://tede2.espm.br/handle/tede/487>

Ramos, L. F. A. (1996). *Meio ambiente e meios de comunicação*. Annablume.

Robbins, D., & Wheatley, D. (2021). Complexity, Objectivity, and Shifting Roles: Environmental Correspondents March to a Changing Beat. *Journalism Practice*, 15(9), 1.289–1.306. DOI: 10.1080/17512786.2021.1910981

Russel, A. (2016). *Journalism as activism – recoding media power*. Polity Press.

Stumpf, I.R. C. (2015). Pesquisa bibliográfica. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação* (2ª ed.) (pp. 51-61). Editora Atlas.

Tong, J. (2017). The epistemology of environmental journalists: the case of China. *Journalism Studies*, 18(6), 771–786. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1076707

Traquina, N. (2005). *A tribo jornalística: Uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.

Urban, T. (2001). *Missão (quase) impossível: Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. Peirópolis.

ELOISA BELING LOOSE. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutora na área de comunicação climática. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental e professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Colaboração no artigo: desenho e concepção, pesquisa bibliográfica, discussão dos resultados, redação, revisão e aprovação do final. E-mail: eloisa.beling@gmail.com

ROBERTO VILLAR BELMONTE. Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), professor da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e um dos criadores da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental. Colaboração no artigo: desenho e concepção, pesquisa bibliográfica, discussão dos resultados, redação, revisão e aprovação do final. E-mail: rvillar21@gmail.com

PREPRINT: uma versão em preprint desta publicação está disponível pelo DOI 10.1590/SciELOPreprints.6065

Dois pareceres utilizados na avaliação deste artigo podem ser acessado em <https://osf.io/yp25c> e <https://osf.io/d45wx> | Seguindo a política de ciência aberta da BJR, os avaliadores autorizaram a publicação do parecer e a divulgação de seus nomes.